



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PONTE ALTA
CAPITAL DA MORANGA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2014

**CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA E
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
SERRA CATARINENSE – CISAMA.**

O **MUNICÍPIO DE PONTE ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 83.755.850/0001-27, com sede administrativa na Rua: Geremias Alves da Rocha, 130, Centro, Ponte Alta - SC, neste ato representado por seu Prefeito em Exercício, Sr. Lindomar Stange Kuhnen e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA**, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Valdori Hemkemaier, Prefeito de Ponte Alta celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1.326 de 05 de abril de 2013

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Ponte Alta ao CISAMA para custear as atividades de apoio administrativo, Desenvolver a Serra Catarinense e Resíduos Sólidos, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PONTE ALTA

Clausula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 23.980,89 (vinte e três mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 1.998,41 (hum mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2014 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2014.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1353/2013 de 17/12/2013 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	16.371,11	1.364,26
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	6.726,44	560,54
4.4.71.00 – Investimentos	883,33	73,61
Valor total por ente consorciado	23.980,88	1.998,41

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Cláusula décima primeira – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2014.

DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages/Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ponte Alta, 02 de Janeiro de 2014

José Valdori Hemkemaier
Presidente do CISAMA

Lindomar Stange Kuhnen
Prefeito Ponte Alta